

Sociedade Civil apela a sensibilização de matronas em Mogovolas.

Nampula - Diversas Organizações de Sociedade Civil (OSC), no Distrito de Mogovolas, na Província de Nampula, entendem haver necessidade de se sensibilizar matronas, responsáveis por aconselhamentos durante os ritos de iniciação aos quais são submetidas as meninas daquele Distrito, a partir do 1º ciclo menstrual, com vista a focalizarem as suas mensagens nos cuidados higiénicos, respeito pelos mais velhos e não de cuidar dos maridos naquela idade, o que pode estar a incentivar a prática de relações sexual prematura em adolescentes.

Apesar de reconhecer que esta é uma prática secular, não somente naquele Distrito, mas um pouco pela região norte do país, as organizações da sociedade civil entendem que face a elevados números de uniões prematuras algumas forçadas, com as consequências na saúde física e mental das menores, urge a mudança de paradigma sobretudo quanto às mensagens que são passadas aos menores com ênfase para as raparigas. Esta e outras inquietações foram apresentadas durante um encontro que a Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social manteve, esta quarta – feira, com diversas organizações da Sociedade Civil, membros do Governo distrital, líderes comunitários e religiosos, assim como associações que lidam com matérias de defesa dos direitos humanos baseada no género e na criança. Em representação da Plan Internacional, uma organização que lida com matérias de protecção dos direitos da criança e da rapariga em particular, Bernardino Cossa, sublinhou que esta sensibilização deve ser i g u a l m e n t e e x t e n s i v a o s l í d e r e s comunitários, que no seu entender, “têm sido coniventes às vezes por não denunciarem as uniões prematuras nas zonas de sua jurisdição, o que torna difícil resgatar as raparigas nesta situação”. Cossa chamou atenção ao processo de resgate das raparigas dos casamentos prematuros e, segundo afirmou, “não basta resgatar as raparigas destes casamentos e devolvê-las aos seus pais, uma vez que têm sido eles próprios que as entregam aos homens em troca de benesses, mas deve-se, também, fazer uma assistência em material escolar e, às vezes, financeiro e sejam inseridas nas escolas para que não tenham necessidade de retornarem aos supostos maridos”. No que tange a divulgação das leis sociais, os participantes do encontro foram unânimes ao afirmar que as leis são disseminadas por via de palestras de sensibilização levadas a cabo em c o o r d e n a ç ã o c o m a s e s t r u t u r a s governamentais faltando apenas uma efectiva implementação sobretudo nas zonas rurais. Na ocasião, a Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social, Lúcia Pedro Mafuiane, enalteceu o esforço do distrito na disseminação das leis, exortando aos participantes para que neste processo criem sinergias para que esse trabalho seja desenvolvido de forma coordenada com vista a lograr resultados palpáveis para que se reduza a exposição da rapariga a uniões prematuras. Mafuiane lamentou o facto de haver alguns líderes que sonham informações sobre uniões prematuras, casos de violência baseada no género e atropelos a lei de sucessões, explicando que “estes devem ser os guardiões da moral idade, da solidariedade e sobretudo do cumprimento escrupuloso nas suas zonas de influência”. Durante o encontro, o presidente daquela Comissão de especialidade procedeu a entrega de um kit constituído de leis da Família, de Sucessões, contra Uniões Prematuras e de Violência Baseada no Género.

Jornal Horizonte 25, sociedade, 25.09,2021, pág. 08. Ed. n º 2539